

ATA 671

Aos quatorze dias do mês de abril de dois mil e vinte e seis, às quatorze horas e quinze minutos, em primeira chamada, reuniram-se em caráter ordinário, na Câmara de Vereadores de Santa Cruz do Sul - Rua Fernando Abbott, 940, os membros do Conselho Municipal de Saúde - CMS, com a presença dos conselheiros titulares: Suelem Silveira Cardoso, Lia Possuelo, Luis Selmar Queiroz, Andreia Becker, Ediberto Oliveira Machado, Felipe dos Santos, Darci Benke, Pedro Jercei Marques Correa, Manoel José Trindade Teixeira, Gilberto de Moraes Saraiva, Célia Zingler e Janete Jaeger e dos conselheiros suplentes: Denise Henriqson, Josiel Schiling Poeta, Gerson Morsch, Luís Fernando Rohde e Flavio Rodrigues da Costa. Presentes, ainda, a assessora contábil do CMS, Nubia Petry Rathke, a Secretária Interina da Secretaria Municipal de Saúde – SESA, Denise Grutzmacher Graebner, a Chefe de Seção de Recursos e Finanças da SESA, Ivanete Mallmann Klein e a Diretora-Médica da Atenção Primária em Saúde, Dra. Clauceane Vanzke Zell. A Presidenta Célia saudou as conselheiras e os conselheiros presentes. Verificado suficiente o quórum regimental, **primeiro item da pauta.** A Presidenta passou para apreciação da Ata 670, **segundo item da pauta.** Colocada em votação, a **Ata 670** foi **aprovada por unanimidade** pelos presentes. Célia procedeu às inscrições em Informe e Assuntos Gerais, **terceiro item da pauta.** A Presidenta iniciou abordando a realização do evento “Abril Verde”, organizado pelo Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST), a ocorrer no dia 16 de abril, quinta-feira. Na sequência, Célia saudou a nova Secretária Municipal de Saúde, Sra. Denise Grutzmacher Graebner, passando-lhe a palavra. Em sua manifestação, a Secretária agradeceu a acolhida e informou que integra a Secretaria de Saúde desde o ano de 2015, exercendo o cargo de contadora. Esclareceu, ainda, que, diante da saída do então Secretário, atendeu à solicitação do Prefeito Municipal para assumir interinamente a função, até que a gestão defina novo titular para a pasta. Por fim, colocou-se à disposição de todos os presentes. O conselheiro Darci Benke manifestou-se no sentido de desejar êxito à nova Secretária, destacando que os profissionais que já atuam na Secretaria de Saúde e no serviço público possuem conhecimento da realidade e das demandas do setor. Nesse contexto, ressaltou considerar positiva a indicação, expressando sua confiança de que a Secretária realizará um bom trabalho. Foi concedido espaço para manifestação ao segundo inscrito, o conselheiro Pedro Jercei Correa. O conselheiro Pedro convidou os conselheiros e conselheiras para participarem do Seminário promovido pelo STIFA, a realizar-se no dia vinte e três de abril, na Câmara de Vereadores, no período das oito às doze horas, o qual terá como temática a cadeia produtiva do tabaco. Célia informou que recebeu o convite de forma física e destacou que os temas a serem abordados no referido Seminário compreendem a saúde do trabalhador, emprego e renda, desenvolvimento regional e o processo de transição econômica. Em relação ao evento “Abril Verde”, a Presidenta Célia reforçou a relevância dos temas que serão abordados na ocasião, informando, ainda, que foi convidada para realizar a mediação do debate final, em conjunto com a coordenadora do CEREST Vales, Sra. Fabiane Bretas. Prosseguindo, destacou que, para se ter dimensão da importância do tema, nas últimas duas décadas foram registrados mais de cento e vinte mil casos de doenças e agravos relacionados ao trabalho na região dos Vales. Mencionou que o evento irá acontecer junto ao Memorial da Unisc no dia 16 de abril, das 8h às 16h30min. Na sequência, a conselheira Célia informou que os conselheiros Denise Henriqson e Luís Rohde participaram de evento promovido pelo Conselho Nacional de Saúde no dia dez de abril em Porto Alegre, solicitando que ambos compartilhassem informações e relatos acerca da referida atividade. O conselheiro Luís iniciou sua manifestação relatando que se tratou de sua primeira participação em eventos pelo Conselho Municipal de Saúde, destacando que a experiência foi bastante proveitosa, especialmente pelos relatos compartilhados pelos participantes e pelas oportunidades de diálogo com os inscritos, possibilitando a troca de informações e o esclarecimento de diversas demandas apresentadas. Prosseguiu mencionando que considera importante a participação de todos em eventos dessa natureza, destacando a relevância de que os conselheiros tenham compreensão acerca do funcionamento dos serviços de saúde, desde o atendimento inicial até a realização do tratamento. Na sequência, a conselheira Denise relatou que foram colhidas diversas ideias durante o evento, as quais poderão ser aproveitadas na Conferência Municipal de Saúde. Acrescentou que houve múltiplas atividades e manifestações, inclusive aquelas previstas na

programação, nas quais, de forma lúdica, foram trabalhadas diferentes temáticas relacionadas à defesa do Sistema Único de Saúde – SUS, da democracia, da vida, bem como ao fortalecimento e à valorização do controle social. A Presidenta lembrou que a Conferência Municipal de Saúde já possui data definida, a realizar-se no dia nove de junho, em período integral, conclamando os conselheiros e conselheiras a reservarem a data e iniciarem a mobilização para o evento. Na sequência, Célia trouxe à pauta a situação relacionada ao Programa Mais Médicos, informando que em razão da alteração da legislação que regulamenta o auxílio-moradia custeado pelo Município, 28 médicos estiveram presentes em reunião da Câmara de Vereadores no dia 13 de abril, ocasião em que se manifestaram por meio de cartazes e mobilização, demonstrando inconformidade com a nova legislação. A Secretária Denise, prestou esclarecimentos acerca da situação, ressaltou, inicialmente, que a Secretaria não deixou de efetuar o pagamento do auxílio-moradia aos profissionais do Programa Mais Médicos. Informou que houve a divulgação de nota de repúdio por parte dos profissionais, na qual se alegava o descumprimento de obrigações por parte da Secretaria, especialmente quanto ao não pagamento do referido auxílio no mês de abril, o que, segundo destacou, não corresponde à realidade. Para fins de contextualização, esclareceu que havia legislação municipal prevendo o pagamento de auxílio-moradia no valor de R\$ 2.500,00 mensais, sendo o pagamento realizado no próprio mês de competência. Contudo, informou que, em dez de março, foi autorizada alteração na referida legislação, modificando as condições anteriormente estabelecidas. A Secretária prosseguiu esclarecendo que, foi aprovada nova legislação, com base em parecer da Procuradoria Geral do Município, a qual alterou as regras relativas ao auxílio-moradia. Informou que, anteriormente, havia previsão de pagamento mensal no valor fixo de R\$ 2.500,00, sendo que, com a nova lei, o valor passou a ter como limite o teto de R\$ 2.750,00, deixando de ser fixo, conforme a expressão “até” constante na norma. Destacou, ainda, que a nova legislação passou a exigir a apresentação de contrato de locação por parte dos profissionais, de modo que o valor a ser pago corresponderá ao montante efetivamente comprovado. Assim, exemplificou que, caso o contrato de locação seja no valor de R\$ 2.000,00, este será o valor a ser ressarcido. Esclareceu que a nova lei também estabeleceu que o pagamento do auxílio-moradia será realizado até o quinto dia útil do mês subsequente ao da competência. Dessa forma, informou que, com base na legislação vigente, não é possível efetuar, neste momento, o pagamento referente ao mês de abril, o qual deverá ser realizado até o quinto dia útil do mês de maio. Acrescentou, ainda, que os profissionais encaminharam, na semana anterior, documento contendo suas reivindicações. Informou que, na sexta-feira, foi enviado e-mail à Coordenação Nacional do Programa Mais Médicos e, de posse do referido documento, o Departamento Jurídico da Secretaria Municipal de Saúde também realizou encaminhamento ao Ministério da Saúde. Por fim, destacou que a Secretaria aguarda manifestação do Ministério, a fim de avaliar eventuais possibilidades de alteração da legislação vigente, observando-se, em qualquer hipótese, os limites da legalidade. O conselheiro Manoel questionou se o auxílio-moradia abrangeria, além do valor do aluguel, outras despesas, tais como IPTU, energia elétrica e taxa condominial. Em resposta, a Secretária Denise, esclareceu que, conforme parecer da Procuradoria-Geral do Município, tais despesas não estão contempladas no referido auxílio. O conselheiro Darci Benke questionou se o pagamento no mês corrente estaria relacionado ao fato de que, ao firmarem os contratos de locação, os médicos teriam efetuado o pagamento de caução, razão pela qual, segundo relato dos próprios profissionais, justificaria o recebimento no mesmo mês. Em resposta, a Secretária, informou não possuir conhecimento acerca das condições específicas dos contratos de locação firmados por cada um dos profissionais. O conselheiro Ediberto questionou se o valor do auxílio-moradia seria estabelecido por legislação federal. Em resposta, Denise esclareceu que a legislação federal fixa parâmetros orientadores, cabendo a cada Município regulamentar a matéria, observando tais diretrizes e adequando os valores à sua realidade local. A Presidenta Célia destacou a importância da participação do Conselho Municipal de Saúde na resolução da situação, solicitando que a Secretaria mantenha o Conselho atualizado quanto aos desdobramentos e eventuais retornos, a fim de possibilitar o devido acompanhamento, considerando a relevância do Programa, bem como de evitar eventual interrupção dos atendimentos. Presidenta Célia Zingler seguiu ao **quarto item de pauta**, Conselho Municipal de Saúde - CMS - Participação de Conselheiras e Conselheiros da revisão dos contratos com o HSC, HBMA e HAN. A Presidenta Célia ressaltou a

importância da participação dos conselheiros na elaboração dos novos contratos com os hospitais, sugerindo, inclusive, que aqueles que integram as Comissões de Acompanhamento de Contratos – CACs também participem de reuniões relacionadas ao processo de contratualização. A Secretária Interina Denise, esclareceu que será necessária a constituição de nova comissão para a revisão dos contratos, tendo em vista que o Procurador anteriormente responsável encontra-se atualmente em outra atividade, não integrando mais a Procuradoria. Ressaltou, ainda, que os novos contratos deverão ser adequados às disposições da nova Lei de Licitações. Presidenta Célia solicitou que o assunto fosse pautado novamente na próxima reunião do CMS e foi aprovado por unanimidade. Presidenta Célia passou para o **quinto item de pauta**, Conselho Municipal de Saúde - CMS - Convite para participação na semana acadêmica integrada dos cursos da UNISC. A Vice-Presidenta Lia manifestou-se acerca da Semana Acadêmica Integrada dos Cursos da Saúde da UNISC, convidando todos os conselheiros e conselheiras a participarem do evento. Destacou que se trata de um conjunto de atividades com temáticas abordadas de forma transversal entre os diversos cursos, possibilitando a integração de estudantes de diferentes áreas em espaços comuns de diálogo e troca de conhecimentos. Prosseguindo, a Vice-Presidenta explicou que as atividades ocorrem no formato de rodas de conversa em sala de aula, abertas à participação de alunos interessados, independentemente do curso de origem. Destacou que os mediadores dessas rodas, em geral, são trabalhadores do Sistema Único de Saúde – SUS, professores, representantes da sociedade civil e do controle social, variando conforme a temática abordada. Lia informou ainda, que a Semana Acadêmica Integrada ocorrerá nos dias dezenove e vinte de maio. Nesse contexto, informou que, considerando a possibilidade de trabalhar a temática do controle social, apresentou proposta no sentido de que o Conselho Municipal de Saúde participe de uma dessas rodas de conversa, estendendo o convite aos conselheiros e conselheiras. A Presidenta Célia destacou a importância de aproveitar a oportunidade, sugerindo a organização de duplas ou trios de conselheiros para participação nas atividades ao longo dos dois dias do evento. A Presidenta então passou para o **sexto item de pauta**, Conselho Municipal de Saúde - CMS - Falta de médicos na UBS Farroupilha (e em outras unidades, se for o caso), bem como agendamentos de consultas apenas para o mês de maio. O conselheiro Flávio apresentou relato pessoal acerca das dificuldades enfrentadas para o agendamento de consulta em sua Unidade Básica de Saúde de referência. Informou que, no ano anterior, sofreu um infarto, tendo sido submetido a procedimento de cateterismo com implantação de stent, necessitando, desde então, de acompanhamento contínuo no período pós-procedimento. Relatou, ainda, que a UBS Farroupilha encontra-se, no momento, sem profissional médico, e questionou se há outras unidades de saúde no Município que também estejam sem atendimento médico. Em resposta, a Dra. Clauceane Vanzke Zell informou que, atualmente, o Município conta com um total de setenta e três médicos atuando na rede, o que representa uma média superior a dois profissionais por unidade de saúde. Assim, destacou que, no momento, não há falta de médicos nas unidades, no âmbito da atenção básica. Acrescentou, ainda, que, além desses profissionais, o Município conta com o apoio de mais dez médicos residentes vinculados à UNISC, que também atuam na rede de atendimento. Prosseguindo, informou que, há previsão de início de atendimento de um segundo médico na UBS Farroupilha na semana seguinte, em razão da chegada de novos profissionais contratados. Esclareceu, ainda, que foi necessário realizar processo seletivo para suprir a demanda, considerando a inexistência de banca/cadastro de reserva vigente. Acrescentou que o elevado número de faltas às consultas tem prejudicado a organização das agendas nas unidades de saúde. Informou que já foi adotado o envio de mensagens por SMS aos usuários, com a finalidade de lembrar as datas e horários agendados, buscando reduzir o índice de absenteísmo. Destacou, ainda, que a Secretaria está trabalhando para implantar, também, o envio de mensagens por meio do aplicativo WhatsApp. Célia passou ao **sétimo item de pauta**, Conselho Municipal de Saúde - CMS - Questionamento acerca do número de pacientes na fila de reconsulta no ambulatório da UNISC para pacientes cardíacos. O conselheiro Flávio relatou que deveria ter realizado retorno no Ambulatório do HSC para reconsulta após o procedimento de cateterismo, contudo informou que, passados mais de um ano, ainda não conseguiu efetuar o agendamento da referida consulta. Em resposta, o conselheiro Felipe apresentou dados com o objetivo de contextualizar as dificuldades de acesso aos atendimentos. Informou que o contrato do

hospital, regido também por portaria federal que habilita o serviço em alta complexidade cardiovascular, estabelece o quantitativo de quinhentas e dezessete consultas mensais, sendo cento e trinta destinadas a primeiras consultas e trezentas e oitenta e sete a consultas de retorno. Destacou, contudo, que o hospital vem superando esse quantitativo, tendo sido realizadas seiscentas e oitenta e uma consultas no mês de outubro, seiscentas e noventa e sete em novembro e quinhentas e setenta e oito em dezembro, conforme dados apresentados na última reunião de contratualização. Ressaltou, ainda, que, no último trimestre do ano anterior, trezentos e noventa e seis pacientes da especialidade cardiovascular não compareceram às consultas agendadas, o que impacta diretamente na organização da agenda e no acesso de outros usuários aos atendimentos. Acrescentou, ainda, dados amostrais referentes ao mês de março, informando que foram disponibilizadas seiscentas e noventa e sete consultas, das quais quinhentos e setenta e dois pacientes compareceram. Assim, destacou que cento e vinte e cinco vagas deixaram de ser aproveitadas em razão de faltas, o que poderia ter possibilitado o atendimento de outros usuários. A Dra. Clauceane informou que, atualmente, no Hospital Santa Cruz, há um total de dois mil e quarenta e um pacientes aguardando consultas de retorno na especialidade de cardiologia. Por fim, o conselheiro Felipe destacou que a demanda por atendimentos é significativamente superior à disponibilidade de vagas ofertadas, o que contribui para as dificuldades de acesso aos serviços. Ainda, a Presidenta Célia questionou se há dados específicos acerca do índice de absenteísmo de pacientes residentes em Santa Cruz do Sul, destacando a importância dessa informação para a atuação do Município. Em resposta, o conselheiro Felipe informou que, no momento, não trouxe esses dados separados por Município. Esclareceu que as informações são reportadas às instâncias competentes, vinculadas à 13ª e à 8ª Coordenadorias Regionais de Saúde. Ressaltou, contudo, que há possibilidade de qualificação desses dados, comprometendo-se a, oportunamente, apresentá-los ao Conselho. O conselheiro Telmo destacou ser de suma importância compreender os motivos das abstenções, questionando, ainda, como se dá o processo de agendamento das reconsultas. Indagou se, após a consulta, o paciente já sai com a data e o horário previamente definidos para o retorno ou se, posteriormente, recebe comunicação informando o agendamento da reconsulta. O conselheiro Luis Queiroz manifestou preocupação, em especial, com a situação de pacientes que permanecem por mais de um ano sem avaliação após a realização de cateterismo. Destacou que, embora reconheça as limitações do hospital em suportar o elevado volume de atendimentos, entende que a atenção básica poderá ter papel fundamental no suporte a esses pacientes. Ressaltou, por fim, que considera preocupante o longo período de espera sem acompanhamento médico, especialmente após a realização de procedimento de alta complexidade como o cateterismo. A conselheira Lia manifestou concordância com o conselheiro Telmo, destacando a importância de compreender as causas das abstenções às consultas. Ressaltou que essa análise não deve se restringir somente à especialidade cardiovascular, devendo abranger também outras áreas de atendimento. Acrescentou que é necessário avaliar a origem dos pacientes que não comparecem, a fim de verificar se há municípios com maior índice de faltas, o que poderia impactar negativamente o acesso dos pacientes locais, considerando a possibilidade de vagas estarem sendo ocupadas por usuários de outros municípios que, posteriormente, não comparecem aos atendimentos. O conselheiro Gilberto relatou que realiza acompanhamento junto ao ambulatório de atendimento a pacientes diabéticos, destacando que foi adotado o envio de mensagens por meio do aplicativo WhatsApp para informar a data e o horário das consultas agendadas. Ressaltou que tal iniciativa tem contribuído significativamente para a redução do número de faltas, sendo que, atualmente, há índices muito baixos de absenteísmo nesse serviço. Presidenta Célia passou ao **oitavo e ao nono item de pauta**, ambos da Secretaria Municipal de Saúde – SESA - Projeto de lei de abertura de crédito especial no montante de R\$8.845,69 e Apreciação dos planos de aplicação referentes à reprogramação de recursos oriundos de situações de calamidade, programas e emendas parlamentares. Foram apresentados pela representante da SESA, Ivanete Klein. Ivanete iniciou sua manifestação informando que o valor em questão refere-se aos rendimentos de emendas parlamentares estaduais destinadas ao custeio da Atenção Primária, conforme a Portaria SES/RS nº 200/2025. Esclareceu que os recursos são oriundos de emendas dos Deputados Luiz Marengo (emenda nº 758) e Delegado Zucco (emenda nº 328), no valor de cem mil reais cada, recebidas em dois de abril de dois mil e vinte e cinco. Destacou, ainda, que tais recursos, recebidos no ano

anterior, foram destinados à aquisição de materiais para as unidades de saúde. Na sequência, Ivanete passou à apresentação do item nono da pauta, informando que os planos de aplicação referem-se às reprogramações de recursos da Atenção Primária, oriundos da situação de calamidade, recebidos no mês de agosto de dois mil e vinte e quatro. Esclareceu que tais valores contemplam a aquisição de materiais destinados às unidades ESF Alcemiro, ESF Cohab, UBS Clementina Martini, ESF Belvedere, ESF Margarida Aurora e ESF Rio Pardinho. Prosseguindo, relatou que, entre o recebimento dos recursos e a efetiva aquisição dos materiais, houve rendimento financeiro decorrente de aplicação bancária. Informou, ainda, que vem sendo realizado levantamento junto às unidades de saúde para identificação das principais necessidades, destacando itens como aparelhos de ar-condicionado, prateleiras, balanças, bebedouros e mesas, os quais serão objeto de aquisição com os referidos recursos. Ivanete acrescentou que, no âmbito da atenção especializada, também serão contemplados serviços como o CEMAS, a Rede de Frio, vinculada ao setor de imunização e que atende todas as unidades de saúde, bem como a Vigilância em Saúde, incluindo as áreas de zoonoses e dengue, além do CEREST. Informou que, em relação a esses setores, houve saldo remanescente oriundo dos rendimentos financeiros, o qual será utilizado para a aquisição de materiais necessários. Prosseguindo, informou que cada coordenador realizou levantamento das necessidades de seu respectivo setor, a partir do qual foram elencados os materiais a serem adquiridos. Dentre os itens apontados, destacam-se mesas, cadeiras, longarinas, aparelhos de ar-condicionado, aquecedores, poltronas, armários e prateleiras, os quais serão adquiridos com o saldo remanescente dos recursos disponíveis. O conselheiro Gilberto manifestou que seria importante que, nas apresentações ao Conselho, houvesse a especificação detalhada dos itens destinados a cada unidade de saúde, a fim de facilitar eventual fiscalização. Destacou que tal medida contribui para a transparência na destinação e aplicação dos recursos oriundos de emendas parlamentares, razão pela qual solicitou o envio das informações de forma discriminada, indicando com clareza para onde foram destinados os itens apresentados. Na sequência, a Presidenta Célia esclareceu que a solicitação do conselheiro Gilberto refere-se à discriminação da quantidade de equipamentos destinados a cada unidade, no âmbito da aplicação dos recursos em questão. Em resposta, Ivanete informou que irá concluir a tabela contendo os quantitativos detalhados e que poderá encaminhá-la por e-mail, para posterior disponibilização aos conselheiros. Acrescentou, ainda, que tais informações também constarão de forma discriminada na prestação de contas.

Não havendo dúvidas e com o Parecer Favorável da Comissão de Finanças nº 21/2026, Presidenta colocou em votação o **item oitavo, Secretaria Municipal de Saúde – SESA - Projeto de lei de abertura de crédito especial no montante de R\$8.845,69. (oito mil, oito entos e quarenta e cinco reais e sessenta e nove centavos)**, sendo **aprovado por unanimidade**. Após, não havendo dúvidas e com o Parecer Favorável da Comissão de Finanças nº 22/2026, Presidenta colocou em votação o **item nono, Secretaria Municipal de Saúde – SESA - Apreciação dos planos de aplicação referentes à reprogramação de recursos oriundos de situações de calamidade, programas e emendas parlamentares, sendo aprovado por unanimidade**. Presidenta Célia passou para o **décimo item de pauta, Hospital Ana Nery – HAN - Apreciação da prestação de contas da etapa 84 do Nota Fiscal Gaúcha (NFG)**. Foi apresentado pela representante do HAN e conselheira Andreia Becker. A conselheira Andreia apresentou a etapa 84 do NFG, informando que o valor do repasse foi de R\$ 7.340,51 (sete mil trezentos e quarenta reais e cinquenta e um centavos). Esclareceu que o montante efetivamente gasto totalizou R\$ 7.430,00 (sete mil quatrocentos e trinta reais), tendo sido aplicado na aquisição de fios e materiais ortopédicos. Ressaltou, ainda, que houve complementação financeira por parte do hospital, correspondente à diferença entre o valor repassado e o valor executado. Não havendo dúvidas e com o Parecer Favorável da Comissão de Finanças nº 23/2026, Presidenta colocou em votação o **item décimo, Hospital Ana Nery – HAN - Apreciação da prestação de contas da etapa 84 do Nota Fiscal Gaúcha (NFG)**, sendo **aprovado por unanimidade**. Célia passou para o **décimo primeiro item de pauta, Hospital Santa Cruz – HSC - Prestação de contas Convênio Nº FPE 3250.2024 – Valor R\$ 3.972.489,67 - Aquisição e instalação de equipamento de angiografia digital para serviço de Hemodinâmica**. A apresentação foi realizada pelo conselheiro e representante do HSC, Felipe dos Santos. O conselheiro Felipe iniciou sua manifestação informando que a prestação de contas refere-se ao convênio firmado com o Estado, no âmbito do Programa Avançar

RS, por meio do qual o hospital foi contemplado, em agosto de dois mil e vinte e quatro, com o valor de R\$ 3.972.489,67 (três milhões, novecentos e setenta e dois mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e sessenta e sete centavos), destinado à aquisição de equipamento de angiografia digital. Relatou que foi efetivada a aquisição do angiógrafo e que, com o saldo remanescente dos recursos, foram adquiridos outros equipamentos destinados à sala cirúrgica e à sala de recuperação do setor de hemodinâmica, o qual dispõe de seis leitos. Não havendo dúvidas e com o Parecer Favorável da Comissão de Finanças nº 24/2026, Presidenta colocou em votação o **item décimo primeiro**, Hospital Santa Cruz – HSC - Prestação de contas Convênio Nº FPE 3250.2024 – Valor R\$ 3.972.489,67 - Aquisição e instalação de equipamento de angiografia digital para serviço de Hemodinâmica, sendo **aprovado por unanimidade**. A Presidenta informou, ainda, que, em relação às respostas aos pedidos de informações formulados pelo Vereador Cleber, o prazo para envio se encerrou na sexta-feira, dia dez, tendo as respostas sido encaminhadas dentro do prazo estabelecido. Acrescentou que, posteriormente, tais informações foram compartilhadas no grupo do Conselho para conhecimento dos conselheiros. Por fim, em razão do adiantado da hora e em concordância com os conselheiros presentes, ficou deliberado que o item décimo segundo da pauta, a ser apresentado pelo conselheiro Felipe, será apreciado na próxima reunião. Não havendo mais assuntos a serem tratados, a vice-presidenta agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a reunião. E, para constar, a presente ata foi lavrada, lida, discutida e aprovada, assinada por mim, Suelem Silveira Cardoso, primeira secretária do Conselho Municipal de Saúde e pela Presidenta Célia Zingler.

Presidenta

Secretária Executiva